

Recursos do Suds têm uso político, afirma Capistrano

O presidente da Associação Paulista das Secretarias e Departamentos Municipais de Saúde e secretário da Saúde de Santos, David Capistrano Filho, denunciou ontem a existência de favorecimento político na liberação de verbas do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), para investimentos por parte do governo do Estado. Capistrano afirmou que até os valores percentuais de reajustes para as verbas de custeio do Suds devidos à municipalização variam de acordo com os interesses do governador.

"Enquanto as cidades da Baixada Santista terão as verbas do terceiro trimestre — de julho a setembro — corrigidos em 30%, há municípios com valores reajustados em até 200%", reclamou o secretário. Segundo ele, Santos vai receber Cr\$ 11 milhões neste trimestre, embora a verba necessária para manter o cronograma de obras especificadas no orçamento seja de Cr\$ 83 milhões. São José dos campos, uma cidade com o mesmo número de habitantes de Santos, receberá Cr\$ 142 milhões por mês durante o trimestre. Ele lembra que o ex-prefeito de São José, Joaquim Bevilacqua, agora é secretário do Trabalho e da Ação Social do governo estadual.

De acordo com Capistrano, no termo de adesão ao Suds assinado em dezembro pelo secretário estadual da Saúde, José Aristodemo Pinotti, estavam previstos rea-



Ana Dantas/AE

Capistrano: acusações contra o governador

justes mensais pelo IPC. Quando foi editado o Plano Collor, os salários foram corrigidos em 82% e a Secretaria de Saúde do Estado não pagou essa diferença, rompendo o acordo assinado com as prefeituras.

CRITÉRIO TÉCNICO

Regina Helena Arroio Nicoletti, da Coordenação de Região de Saúde da Capital e da Grande São Paulo e uma das autoras dos manuais que orientam as prefeituras na elaboração do Plano Municipal de Saúde, afirma que os critérios para distribuição de verbas é meramente técnico. "Se algumas cidades recebem mais do que outras é porque precisam de mais dinheiro", disse Regina, em São Paulo.

Segundo ela, as verbas são muito pequenas e as prefeituras que podem aplicar mais do seu orçamento na saúde acabam recebendo menos do que deveriam. Quanto ao acordo rompido, Regina disse que uma das medidas do Plano Collor congelou os reajustes no seu ponto mais baixo.

"Não foi culpa nossa, apenas cumprimos o que o governo federal determinou", afirmou. Para esse trimestre, de julho até setembro, a verba será menor ainda. "Pelos nossos cálculos, poderemos dar um reajuste máximo de 40% para todos os municípios do Estado", revelou. "Os municípios já estão entrando com pedidos de verba complementar porque o reajuste não vai dar nem para cobrir a folha de pagamento."